



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS				
As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual, 600\$				
Preço avulso — por página, \$50				
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio				

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trata de entidade particular.

## SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho de Ministros:

##### Decreto-Lei n.º 745/75:

Cria na Presidência do Conselho de Ministros o Centro de Estudos da Juventude e o Centro de Investigação Judiciária da Droga.

##### Declaração:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 724/75, de 5 de Dezembro, que cria escolas secundárias em diversas localidades.

#### Ministério das Finanças:

##### Decreto-Lei n.º 746/75:

Concede facilidades no pagamento de impostos e contribuições ao Estado.

##### Decreto-Lei n.º 747/75:

Introduz uma alínea d) ao n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/73, de 25 de Agosto, que reorganiza o Instituto Nacional de Estatística.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Decreto-Lei n.º 745/75

de 31 de Dezembro

Considerando ser de sérias proporções os números já atingidos por consumidores de drogas no País, em especial nas camadas jovens;

Considerando que é urgente a tomada de medidas que visem o tratamento clínico, dos casos conhecidos, em moldes apropriados;

Considerando a necessidade inadiável de assegurar a cobertura profiláctica da população em alto risco recorrendo a métodos já comprovados e a técnicos qualificados;

Considerando que os dispositivos judiciais de que se dispõe não possuem estruturas nem dimensões que lhes permitam uma capacidade de resposta eficaz na luta do tráfico da droga;

Considerando que os dois aspectos do problema — o clínico e o policial — deverão ser equacionados a um nível nacional em organismos independentes, mas de acção coordenada e interligados com os problemas psico-sociais da juventude;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. É criado na Presidência do Conselho de Ministros o Centro de Estudos da Juventude.

2. A esse Centro competirá o estudo dos problemas ligados ao uso da droga, particularmente o do tratamento médico-social do toxicómano, da prevenção antidroga no campo da profilaxia da população em alto risco, bem como, em geral, dos problemas da juventude relacionados com o uso da droga.

Art. 2.º — 1. É igualmente criado na Presidência do Conselho de Ministros o Centro de Investigação Judiciária da Droga.

2. A esse Centro competirá o estudo dos problemas ligados à actividade judiciária relacionada com a droga, bem como a prossecução das actividades de investigação, fiscalização e repressão criminal nesse domínio.

Art. 3.º — 1. A actividade dos centros referidos no artigo anterior será dirigida por um coordenador, a quem competirá propor as medidas necessárias ao

seu funcionamento, nomeadamente a fixação dos respectivos quadros e normas regulamentares de actuação, bem como a relação com os demais organismos públicos que tenham actuação neste domínio.

2. O lugar de coordenador dos Centros de Estudo da Juventude e de Investigação Judiciária da Droga, a que corresponde a letra B na tabela de vencimento do pessoal civil do Estado, é provido por livre escolha do Primeiro-Ministro e exercido em comissão de serviço.

Art. 4.º Enquanto se não proceder à fixação dos quadros, será destacado o pessoal necessário ao funcionamento dos Centros, por despacho do Primeiro-Ministro.

Art. 5.º Pode o Primeiro-Ministro delegar num dos Ministros a competência que lhe é atribuída pelo presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. —  
*José Baptista Pinheiro de Azevedo — João de Deus Pinheiro Farinha — Francisco Salgado Zenha — Vítor Manuel Rodrigues Alves — Jorge de Carvalho Sá Borges.*

Promulgado em 19 de Dezembro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

#### Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério da Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado da Administração Escolar, a Portaria n.º 724/75, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 281, de 5 de Dezembro, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No mapa n.º 4 anexo ao mesmo diploma:

Onde se lê:

Escola Secundária de Proença-a-Nova:

Curso geral dos liceus.

deve ler-se:

Escola Secundária de Proença-a-Nova:

Curso geral dos liceus.

Curso complementar dos liceus.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 19 de Dezembro de 1975. — O Secretário-Geral, *Manuel Roque*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 746/75

de 31 de Dezembro

São conhecidas as dificuldades com que actualmente se debatem alguns contribuintes para pagarem ao Estado as contribuições e impostos de que são devedores.

Visando atenuar tais dificuldades, entendeu o Governo tomar as medidas que se inserem neste diploma e que consistem, por um lado, na prorrogação dos prazos de pagamento estabelecidos na legislação em vigor, e por outro, na permissão, relativamente às dívidas já em fase de cobrança coerciva, do pagamento em prestações trimestrais durante o período de um ano, sem necessidade de penhora para garantia desse pagamento, nem da verificação de quaisquer condicionalismos.

Com o mesmo fim facilita-se o pagamento das contribuições e impostos que, nos termos da legislação em vigor, deveria ser efectuado em 1976, aumentando-se nuns casos o número de prestações e estabelecendo-se noutros, em que tal não era permitido, o pagamento por esta forma.

Reduz-se para 1 %, durante o período que decorre até 31 de Dezembro de 1976, a taxa dos juros de mora que, pelo Decreto-Lei n.º 452/75, de 21 de Agosto, tinha passado para 1,5 %, e aproveita-se para reduzir substancialmente as multas estabelecidas na legislação em vigor para a falta de cumprimento de obrigações fiscais quando os infractores se apresentem a regularizar a sua situação tributária dentro dos quinze dias imediatos ao termo do respectivo prazo.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado por cento e vinte dias o prazo de pagamento com juros de mora, que antecede o relaxe das contribuições industrial e predial e dos impostos profissional, de capitais (secção A), complementar, sobre a indústria agrícola e para a defesa e valorização do ultramar, cujos prazos de cobrança voluntária se encontram a decorrer na data da publicação do presente diploma.

Art. 2.º — 1. A contribuição industrial e os impostos profissional, de capitais (secção A) e sobre a indústria agrícola, respeitantes aos rendimentos do ano de 1975 e que, nos termos dos respectivos Códigos, devam ser cobrados em 1976, sê-lo-ão pela forma seguinte:

#### A) Contribuição industrial

##### 1.º Contribuintes do grupo A:

##### a) Liquidação provisória:

- 1) Contribuintes nas condições da alínea a) do artigo 45.º do Código, em quatro prestações, com vencimento em Julho e Outubro de 1976 e em Janeiro e Abril de 1977;
- 2) Contribuintes nas condições da alínea b) do artigo 45.º do Código, em quatro prestações, com vencimento em Setembro e Dezembro de 1976 e em Março e Junho de 1977;

##### b) Liquidação definitiva:

Em quatro prestações, com vencimento em Novembro de 1976 e em Fevereiro, Maio e Agosto de 1977.